

## **Aula 14**

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo  
Estratégico de Noções de Direito  
Administrativo - 2025 (Pós-Edital)*

Autor:  
**Tulio Lages**

25 de Junho de 2025

## Índice

1) Simulado - Agentes Públicos - ME .....	3
2) Simulado - Bens Públicos - ME .....	15
3) Simulado - Lei 14.133/2021 - ME .....	28



## SIMULADO

Introdução .....	1
Questões Inéditas .....	1
Gabarito/Questões Comentadas.....	4
Referências Bibliográficas .....	12

## INTRODUÇÃO

Olá!

Este simulado contempla questões inéditas sobre:

**Agentes Públicos**

Pronto para testar seu conhecimento?!

## QUESTÕES INÉDITAS

**1) A respeito do seu conhecimento sobre agentes públicos, assinale a alternativa correta:**

- a) O servidor ocupante de cargo público tem direito ao fundo de garantia por tempo de serviço.
- b) Aos brasileiros naturalizados e aos estrangeiros são assegurados todos os direitos dos brasileiros natos quanto ao exercício de cargos, empregos e funções públicas.
- c) Podemos dizer que os Defensores Públicos e os Procuradores do Estado são exemplos de servidores públicos em sentido estrito.
- d) Quanto ao conceito de agente público pode-se afirmar que é aquele que exerce somente por nomeação a cargo, emprego ou função pública.
- e) Os membros do Poder Legislativo, como deputados e senadores, não podem ser considerados como agentes públicos, mas sim como agentes políticos.

**2) De acordo com os seus conhecimentos, assinale a alternativa incorreta:**

- a) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.



- b) O prazo de validade do concurso público começa a contar da data de homologação do certame.
- c) As funções de confiança devem ser exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, enquanto os cargos em comissão são preenchidos por servidores de carreira e destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- d) A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
- e) A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas com deficiência, sendo vedado critérios diferenciados para a sua admissão.

**3) Analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa correta:**

**I - A remuneração dos servidores públicos somente poderá ser alterada por lei específica, sendo assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.**

**II - Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.**

**III - A remuneração dos agentes políticos inclui o subsídio e eventuais gratificações por desempenho no cargo ou por metas de arrecadação.**

**IV - Em casos excepcionais, o reajuste da remuneração de servidores públicos poderá ser fixado por meio de decreto do presidente da República.**

- a) somente a afirmativa I estiver correta.
- b) somente a afirmativa IV está correta.
- c) somente as afirmativas I e II estão corretas.
- d) somente as afirmativas II e III estão corretas.
- e) somente as afirmativas II e IV estão corretas.

**4) A respeito dos aspectos constitucionais sobre os agentes públicos, assinale a alternativa correta**

- a) É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical e é previsto na Constituição o direito de greve, que será exercido nos termos definidos em lei específica e nos limites definidos em lei complementar.
- b) É vedado ao servidor público civil o direito à associação sindical e é previsto na Constituição o direito de greve, que será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.



- c) É garantido ao servidor público civil o direito a livre associação sindical e é vedado na Constituição o direito de greve.
- d) É vedado ao servidor público civil o direito à associação sindical e é vedado na Constituição o direito de greve.
- e) É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical e é previsto na Constituição o direito de greve, que será exercido nos termos e limites definidos em lei específica.

**5) Paulo é servidor público de uma autarquia municipal, sendo seu cargo de provimento efetivo. Em determinada época do ano, afastou-se do cargo para concorrer a mandato eletivo, tendo sido eleito. Segundo as normas constitucionais que regem sobre o exercício de mandato eletivo, é correto afirmar que Paulo:**

- a) deverá pedir exoneração do cargo em se tratando de mandato eletivo federal.
- b) se eleito para o mandato de Prefeito, o servidor será afastado do seu cargo de origem, mas terá a faculdade de optar pela sua remuneração.
- c) se eleito para o mandato de Vereador, o servidor perderá as vantagens de seu cargo, mas sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- d) ao pedir o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.
- e) na hipótese de ser segurado de regime próprio de previdência social, deixará de ser filiado a esse regime, no ente federativo de origem.



## GABARITO

1. C	2. E	3. C	4. E	5. B
------	------	------	------	------

## QUESTÕES COMENTADAS

### 1) A respeito do seu conhecimento sobre agentes públicos, assinale a alternativa correta:

- a) O servidor ocupante de cargo público tem direito ao fundo de garantia por tempo de serviço.
- b) Aos brasileiros naturalizados e aos estrangeiros são assegurados todos os direitos dos brasileiros natos quanto ao exercício de cargos, empregos e funções públicas.
- c) Podemos dizer que os Defensores Públicos e os Procuradores do Estado são exemplos de servidores públicos em sentido estrito.
- d) Quanto ao conceito de agente público pode-se afirmar que é aquele que exerce somente por nomeação a cargo, emprego ou função pública.
- e) Os membros do Poder Legislativo, como deputados e senadores, não podem ser considerados como agentes públicos, mas sim como agentes políticos.

### Comentários

Letra A - incorreta. O direito ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS não se aplica aos servidores ocupantes de cargos públicos de provimento efetivo, uma vez que a Constituição da República garante estabilidade, sendo possível a perda do cargo apenas em circunstâncias específicas.

Letra B - incorreta. O acesso às funções públicas por parte de brasileiros naturalizados e de estrangeiros não é amplo e irrestrito. A própria Constituição Federal de 1988, em seu art. 12, prevê cargos privativos de brasileiros natos, tais como o cargo para Presidente e Vice-Presidente da República, ministros do STF, oficiais das Forças Armadas e ministro de Estado da Defesa.

*Art. 12. São brasileiros:*

*(...)*

*§ 3º São privativos de brasileiro nato os cargos:*

*I - de Presidente e Vice-Presidente da República;*

*II - de Presidente da Câmara dos Deputados;*



III - de Presidente do Senado Federal;

IV - de Ministro do Supremo Tribunal Federal;

V - da carreira diplomática;

VI - de oficial das Forças Armadas.

VII - de Ministro de Estado da Defesa.

Vale ressaltar que, de acordo com o art. 37, inciso I, da CF/88, o exercício de cargos, empregos e funções públicas está condicionado ao preenchimento de requisitos estabelecidos em lei, somente sendo acessível aos estrangeiros na forma da lei (norma de eficácia limitada):

*Art. 37, I - Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;*

Letra C - correta. Os **agentes públicos** abrangem, além dos servidores públicos estatutários (sentido estrito), os agentes políticos (ex: cargos eletivos, deputados, vereadores, governadores, prefeitos, Presidente da República), os agentes particulares em colaboração (ex: mesários, membros do júri ou agentes honoríficos, leiloeiros, titulares de cartórios), os empregados públicos, os temporários e os militares. Nota-se que os Defensores Públicos e os Procuradores do Estado são servidores estatutários, e por isso pode-se dizer que são exemplos de servidores públicos em sentido estrito.

Letra D - incorreta. Agente público é "toda pessoa física que presta serviços ao Estado e às pessoas jurídicas da Administração Indireta" (Maria Sylvia Zanella Di Pietro), conceito que abrange não apenas cargos providos mediante nomeação, mas também mandatos eletivos, designação para o exercício de função pública etc.

Letra E - incorreta. Os membros do Poder Legislativo são agentes públicos (gênero) que pertencem à espécie "agentes políticos".

**Gabarito: letra C**

## 2) De acordo com os seus conhecimentos, assinale a alternativa incorreta:

- a) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- b) O prazo de validade do concurso público começa a contar da data de homologação do certame.
- c) As funções de confiança devem ser exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, enquanto os cargos em comissão são preenchidos por servidores de carreira e destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- d) A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.



e) A lei reservara percentual dos cargos e empregos publicos para as pessoas com deficiencia, sendo vedado critérios diferenciados para a sua admissão.

### Comentários

Letra A - correta. A assertiva está conforme o art. 37, III, da Constituição Federal de 1988.

*Art. 37, III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;*

Letra B - correta. O prazo de validade corresponde ao período em que a Administração poderá convocar os aprovados no concurso. Fora deste período, as nomeações ou contratações serão nulas. De fato, o prazo conta da data da homologação do certame, que é o ato da Administração que encerra o concurso público e atesta a lisura do procedimento.

Letra C - correto. A assertiva está conforme o art. 37, V, da Constituição Federal de 1988, a saber:

*Art. 37, V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;*

Letra D - correta. A assertiva está conforme os termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal.

*Art. 37, IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;*

Letra E - incorreta. O erro da assertiva é dizer que não é possível estabelecer critérios para a admissão de pessoas com deficiência nos cargos e empregos públicos, o que contradiz o art. 37, VIII, da Constituição Federal de 1988, a saber:

*Art. 37, VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.*

**Gabarito: letra E**

### 3) Analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa correta:

**I - A remuneração dos servidores públicos somente poderá ser alterada por lei específica, sendo assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.**

**II - Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.**

**III - A remuneração dos agentes políticos inclui o subsídio e eventuais gratificações por desempenho no cargo ou por metas de arrecadação.**





**IV - Em casos excepcionais, o reajuste da remuneração de servidores públicos poderá ser fixado por meio de decreto do presidente da República.**

- a) somente a afirmativa I estiver correta.
- b) somente a afirmativa IV está correta.
- c) somente as afirmativas I e II estão corretas.
- d) somente as afirmativas II e III estão corretas.
- e) somente as afirmativas II e IV estão corretas.

**Comentários**

Item I - correto. A assertiva está conforme o art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, a saber:

*Art. 37, X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;*

Item I - correto. A assertiva está conforme o art. 37, XII, da Constituição Federal de 1988, a saber:

*Art. 37, XII - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo*

Item III - incorreto. Os agentes políticos recebem por subsídio, sendo vedada qualquer gratificação ou adicional, conforme o art. 39, § 4º, da Constituição Federal.

*Art. 39, § 4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI.*

Item IV - incorreto. A alteração ou a fixação de remuneração dos servidores públicos somente poderão ser realizadas mediante lei específica.

*Art. 37, X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;*

**Gabarito: letra C**

**4) A respeito dos aspectos constitucionais sobre os agentes públicos, assinale a alternativa correta**



- a) É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical e é previsto na Constituição o direito de greve, que será exercido nos termos definidos em lei específica e nos limites definidos em lei complementar.
- b) É vedado ao servidor público civil o direito à associação sindical e é previsto na Constituição o direito de greve, que será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.
- c) É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical e é vedado na Constituição o direito de greve.
- d) É vedado ao servidor público civil o direito à associação sindical e é vedado na Constituição o direito de greve.
- e) É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical e é previsto na Constituição o direito de greve, que será exercido nos termos e limites definidos em lei específica.

### Comentários

Letra A - incorreta. Conforme o art. 37, VII, da CF, o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em **lei específica (ordinária)**.

*Art.37, VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica;*

Letra B - incorreta. É garantido ao servidor público o direito à associação sindical (art. 37, VI, da CF).

*Art.37, VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;*

Letra C - incorreta. É garantido o direito de greve, nos termos e limites definidos em lei específica.

*Art. 37, VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica;*

Letra D - incorreta. É garantido ao servidor público o direito à associação sindical e o direito de greve, conforme o art. 37, incisos VI e VII, da CF.

*Art.37, VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;*

*VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica;*

Letra E - correta. A assertiva está de acordo com o art. 37, incisos VI e VII, da CF.

*Art.37, VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;*

*VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica;*

**Gabarito: letra E**



5) Paulo é servidor público de uma autarquia municipal, sendo seu cargo de provimento efetivo. Em determinada época do ano, afastou-se do cargo para concorrer a mandato eletivo, tendo sido eleito. Segundo as normas constitucionais que regem sobre o exercício de mandato eletivo, é correto afirmar que Paulo:

- a) deverá pedir exoneração do cargo em se tratando de mandato eletivo federal.
- b) se eleito para o mandato de Prefeito, o servidor será afastado do seu cargo de origem, mas terá a faculdade de optar pela sua remuneração.
- c) se eleito para o mandato de Vereador, o servidor perderá as vantagens de seu cargo, mas sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- d) ao pedir o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.
- e) na hipótese de ser segurado de regime próprio de previdência social, deixará de ser filiado a esse regime, no ente federativo de origem.

### Comentários

Letra A – incorreta. Nessa hipótese, o servidor ficará afastado do seu cargo, conforme o art. 38, I, da CF/1988:

*Art. 38. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições.*

*I - tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;*

Letra B - correta. A assertiva está de acordo com o art. 38, II da CF/1988, a saber:

*Art. 38. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições.*

*(...)*

*II - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;*

Letra C – incorreta. Se for eleito para o mandato de Vereador e houver compatibilidade de horários, o servidor poderá acumular os cargos. Não havendo compatibilidade de horário, aplica-se a mesma regra para investidura no mandato de Prefeito (ficará afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela remuneração), conforme o art. 38, inciso III, da CF/1988:

*Art. 38. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições.*

*(...)*



*III - investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;*

Letra D – incorreta. O exercício de mandato eletivo não conta para efeito de promoção por merecimento, apenas por antiguidade, conforme o art. 38, IV da CF/1988, a saber:

*Art. 38. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições.*

*(...)*

*IV - em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;*

Letra E - incorreta. O servidor continuará filiado ao regime próprio de previdência social no ente federativo de origem, conforme o art. 38, V, da CF/1988, a saber:

*Art. 38. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições.*

*(...)*

*V - na hipótese de ser segurado de regime próprio de previdência social, permanecerá filiado a esse regime, no ente federativo de origem.*

**Gabarito: letra B**

...

Forte abraço!



## Túlio Lages



[Face: www.facebook.com/proftuliolages](https://www.facebook.com/proftuliolages)

[Insta: www.instagram.com/proftuliolages](https://www.instagram.com/proftuliolages)

[YouTube: youtube.com/proftuliolages](https://youtube.com/proftuliolages)



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDRINO, Marcelo. DIAS, Frederico. PAULO, Vicente. Aulas de direito constitucional para concursos. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2013.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). A Constituição e o Supremo. 5. ed. Brasília: STF, Secretaria de Documentação, 2016.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.
- FURTADO, Lucas Rocha. Curso de direito administrativo. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.
- JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
- LIMA, Gustavo Augusto F. de. Agências reguladoras e o poder normativo. 1. ed. São Paulo: Baraúna, 2013.
- LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.



## SIMULADO

Introdução .....	1
Questões Inéditas .....	1
Gabarito/Questões Comentadas.....	4
Referências Bibliográficas .....	13

## INTRODUÇÃO

Olá!

Este simulado contempla questões inéditas sobre:

**Bens públicos**

Pronto para testar seu conhecimento?!

## QUESTÕES INÉDITAS

**1) Acerca dos bens públicos, assinale a alternativa correta.**

- a) São bens públicos, independentemente de sua destinação, aqueles pertencentes às pessoas jurídicas representadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como por suas respectivas entidades da administração indireta.
- b) Os bens das pessoas jurídicas de direito privado integrantes da administração pública são bens públicos, embora possam estar sujeitos a regras próprias do regime jurídico privado a depender da sua destinação.
- c) Os bens de concessionárias e permissionárias de serviços públicos passam a ser considerados bens públicos a partir do momento da assinatura dos respectivos contratos.
- d) Bens dominicais são aqueles utilizados pelos indivíduos em geral, em igualdade de condições e, em regra, de forma gratuita.
- e) Bens de uso especial são bens indisponíveis que ostentam natureza patrimonial, mas são indisponíveis por estarem afetados a uma destinação pública.



**2) De acordo com as características dos bens públicos, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta.**

**I - A inalienabilidade dos bens públicos não é uma regra absoluta.**

**II - Independentemente da natureza, os bens públicos são imprescritíveis.**

**III - A alienação de um bem móvel pode ocorrer mediante permuta entre entidades da administração pública.**

**IV - Se os membros de um bairro desejarem fechar uma rua para realizarem uma festa comemorativa, será necessário obter da administração pública uma permissão de uso.**

**V - Os rios pertencem aos estados, entretanto, quando banham mais de um estado, servem de limites com outros países, ou se estendem a território estrangeiro ou dele provêm, são bens da União.**

a) V, F, F, V, V.

b) V, V, V, V, V.

c) V, V, V, F, V.

d) F, F, F, V, F.

e) F, F, V, F, F.

**3) De acordo com os seus conhecimentos sobre bens públicos, assinale a alternativa incorreta.**

a) Um bem desafetado é aquele que não possui uma destinação pública específica, enquanto um bem afetado é aquele destinado a uma finalidade pública específica.

b) Os bens dominicais são desafetados, enquanto os bens de uso especial são bens afetados.

c) As terras devolutas são bens públicos que não possuem afetação pública nem foram incorporados ao domínio privado.

d) A afetação e a desafetação dizem respeito ao regime de finalidade dos bens públicos, no sentido da destinação que se lhes possa dar.

e) Os bens de uso comum do povo não comportam desafetação, pois, por sua própria natureza, são insuscetíveis de valoração patrimonial.

**4) Assinale a alternativa incorreta, em relação às espécies de bens públicos:**





- a) As terras devolutas são todas aquelas que, pertencentes ao domínio público de quaisquer das entidades estatais, não se acham utilizadas pelo poder público, nem sejam destinadas a fins administrativos específicos.
- b) As terras ocupadas pelos índios pertencem à União e são classificadas como bens de uso especial indireto, pois possuem finalidade pública específica.
- c) A plataforma continental é a extensão da área continental sobre o oceano, em uma extensão de até 20 milhas, sendo um bem público que pertence à União.
- d) As ilhas marítimas, em regra, pertencem à União, com exceção das que contenham sede de municípios e de áreas que estejam sob domínio dos estados-membros.
- e) As ilhas fluviais e lacustres pertencem aos estados, com exceção daquelas que estejam localizadas nas zonas limítrofes com outros países, que pertencem à União. Também são bens da União os rios que banham mais de um estado.

**5) Sobre o uso privativo dos bens públicos por particulares, analise os itens a seguir e assinale a alternativa que contenha apenas os itens corretos.**

**I - Independentemente do tipo de bem público (uso comum do povo, uso especial, ou dominical) é possível que a Administração outorgue o uso privativo desse bem aos particulares.**

**II - A autorização de uso de bem público é o ato administrativo discricionário, precário e, em regra, sem prazo de duração, podendo ser revogada a qualquer tempo, mediante pagamento de prévia indenização.**

**III - Na autorização, há o predomínio do interesse particular.**

**IV - A concessão de uso de bem público é um contrato administrativo e, em regra, deve ser precedida de licitação pública.**

- a) I
- b) I e II
- c) II e III
- d) II, III e IV
- e) I, III e IV



## GABARITO

1. E	2. C	3. E	4. C	5. E
------	------	------	------	------

## QUESTÕES COMENTADAS

### 1) Acerca dos bens públicos, assinale a alternativa correta.

- a) São bens públicos, independentemente de sua destinação, aqueles pertencentes às pessoas jurídicas representadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como por suas respectivas entidades da administração indireta.
- b) Os bens das pessoas jurídicas de direito privado integrantes da administração pública são bens públicos, embora possam estar sujeitos a regras próprias do regime jurídico privado a depender da sua destinação.
- c) Os bens de concessionárias e permissionárias de serviços públicos passam a ser considerados bens públicos a partir do momento da assinatura dos respectivos contratos.
- d) Bens dominicais são aqueles utilizados pelos indivíduos em geral, em igualdade de condições e, em regra, de forma gratuita.
- e) Bens de uso especial são bens indisponíveis que ostentam natureza patrimonial, mas são indisponíveis por estarem afetados a uma destinação pública.

### Comentários:

Letra A - incorreta. O conceito legal de bem público encontra previsão legal no art. 98 do Código Civil, que adotou o critério da titularidade. Assim, são bens públicos, independentemente de sua destinação, aqueles pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno, União, Estados, DF e Municípios, bem como respectivas autarquias e fundações públicas de direito público. Todos os demais bens são privados, inclusive os pertencentes às empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas de direito privado.

Cumprido frisar que há correntes doutrinárias que, alinhadas à definição legal, adotam o parâmetro da titularidade dos bens para conceituar “bem público”. Em contrapartida, outras levam em consideração a finalidade a que se destinam os bens. Há, ainda, aquelas que adotam um conceito que mescla os referidos critérios (titularidade e finalidade), mas o parâmetro adotado pelo Código Civil (e que deve ser adotado em provas de concursos) é o da titularidade.

*Art. 98. São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.*



Letra B - incorreta. Os bens das entidades administrativas de direito privado (empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas de direito privado) são bens privados. Somente se afetados à prestação de serviços públicos é que se submetem às regras características do regime jurídico dos bens públicos.

Letra C - incorreta. Os bens de concessionárias e permissionárias de serviços públicos são bens privados. Somente se afetados à prestação de serviços públicos é que se submetem às regras características do regime jurídico dos bens públicos.

Letra D - incorreta. A descrição apresentada se refere aos bens de uso comum do povo. Quanto à destinação, os bens públicos são subdivididos em:

*a) **Bens de uso comum do povo:** são aqueles utilizados pelos indivíduos em geral (destinação pública), em igualdade de condições, em regra de forma gratuita (mas pode ocorrer de forma onerosa) – vide arts. 99, inciso I, 100 e 103 do Código Civil. Por exemplo, os rios, mares, ruas e praças.*

*b) **Bens de uso especial:** são os bens móveis e imóveis destinados à execução dos serviços administrativos e dos serviços públicos em geral – vide artigos 99, inciso II, e 100 do Código Civil. Ex: edifício destinado a estabelecimento da administração federal, veículos oficiais.*

*c) **Bens dominicais:** são aqueles que não possuem destinação pública definida, constituindo o patrimônio disponível do Estado (podem ser alienados) – vide artigos 99, inciso III e parágrafo único, e 101 do Código Civil. Constituem uma categoria residual de bens públicos. Por exemplo, as terras devolutas, prédios públicos desativados.*

Letra E - correta. A assertiva descreve os bens de uso especial. Quanto à disponibilidade, os bens públicos são subdivididos em:

*a) **Bens indisponíveis por natureza:** não ostentam natureza tipicamente patrimonial e, por isso, não podem ser alienados ou onerados. Aqui se enquadram os bens de uso comum do povo.*

*b) **Bens patrimoniais indisponíveis:** ostentam natureza patrimonial, mas não podem ser dispostos por estarem afetados a uma destinação pública. Aqui se enquadram os bens de uso especial.*

*c) **Bens patrimoniais disponíveis:** ostentam natureza patrimonial e, por não estarem afetados, podem ser alienados nas condições estabelecidas pela lei. Aqui se enquadram os bens dominicais em geral.*

**Gabarito: letra E.**

**2) De acordo com as características dos bens públicos, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta.**

**I - A inalienabilidade dos bens públicos não é uma regra absoluta.**



**II - Independentemente da natureza, os bens públicos são imprescritíveis.**

**III - A alienação de um bem móvel pode ocorrer mediante permuta entre entidades da administração pública.**

**IV - Se os membros de um bairro desejarem fechar uma rua para realizarem uma festa comemorativa, será necessário obter da administração pública uma permissão de uso.**

**V - Os rios pertencem aos estados, entretanto, quando banham mais de um estado, servem de limites com outros países, ou se estendem a território estrangeiro ou dele provêm, são bens da União.**

a) V, F, F, V, V.

b) V, V, V, V, V.

c) V, V, V, F, V.

d) F, F, F, V, F.

e) F, F, V, F, F.

#### **Comentários:**

Item I - correto. É possível a alienação de bens públicos, desde que respeitadas determinadas regras legais. É o que dizem os artigos 100 e 101 do Código Civil:

*Art. 100. Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.*

*Art. 101. Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.*

Item II - correto. Independentemente da natureza, os bens públicos são imprescritíveis, ou seja, eles não podem ser adquiridos mediante usucapião, que se refere à ocupação mansa, pacífica e com *animus domini* do bem durante determinado período, na forma prevista na legislação civil.

*Art. 102. Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião.*

Item III - correto. É possível a alienação de bens da Administração Pública mediante permuta, conforme o art. 76, II, b, da Nova Lei de Licitações.

*Art. 76. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:*

*(...)*

*II - tratando-se de bens móveis, dependerá de licitação na modalidade leilão, dispensada a realização de licitação nos casos de:*



(...)

*b) permuta, permitida exclusivamente entre órgãos ou entidades da Administração Pública;*

Item IV - incorreta. Na situação descrita, o instrumento adequado é a autorização de uso de bem público, que é o ato administrativo discricionário, precário e em que há predomínio do interesse do particular, ou seja, o particular é o maior interessado na autorização.

Item V - correto. Os rios em regra pertencem aos Estados, de acordo com o art. 26, inciso I, da CF/88, mas, na forma do art. 20, inciso III, da CF/88, são bens da União os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais.

*Art. 20. São bens da União:*

(...)

*III - os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais;*

(...)

*Art. 26. Incluem-se entre os bens dos Estados:*

*I - as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União;*

**Gabarito: letra C.**

### **3) De acordo com os seus conhecimentos sobre bens públicos, assinale a alternativa incorreta.**

- a) Um bem desafetado é aquele que não possui uma destinação pública específica, enquanto um bem afetado é aquele destinado a uma finalidade pública específica.
- b) Os bens dominicais são desafetados, enquanto os bens de uso especial são bens afetados.
- c) As terras devolutas são bens públicos que não possuem afetação pública nem foram incorporados ao domínio privado.
- d) A afetação e a desafetação dizem respeito ao regime de finalidade dos bens públicos, no sentido da destinação que se lhes possa dar.
- e) Os bens de uso comum do povo não comportam desafetação, pois, por sua própria natureza, são insuscetíveis de valoração patrimonial.



### Comentários:

Letra A - correta. A afetação e a desafetação dizem respeito ao regime de finalidade dos bens públicos, no sentido da destinação que se lhes possa dar. No caso, um bem desafetado é aquele que não possui uma destinação pública específica, enquanto um bem afetado é aquele destinado a uma finalidade pública específica.

Letra B - correta. Os bens dominicais são aqueles que não possuem uma finalidade pública específica como, por exemplo, um bem móvel apreendido, mas que não possui nenhuma finalidade definida. Os bens de uso especial são aqueles utilizados na prestação serviços pela Administração ou para a realização dos serviços administrativos, ou seja, são bens afetados.

Letra C - correta. As terras devolutas são todas aquelas que, pertencentes ao domínio público da União (art. 20, II da CF/88) ou dos estados-membros (art. 26, IV, da CF/88), não se acham utilizadas pelo poder público, nem sejam destinadas a fins administrativos específicos.

Letra D - correta. Resume o principal significado dos termos afetação e desafetação. Um bem desafetado é aquele que não possui uma destinação pública específica, enquanto um bem afetado é aquele destinado a uma finalidade pública específica.

Letra E - incorreta. Os bens podem “migrar” de um estado a outro, ou seja, um bem público sem finalidade pode passar a ter finalidade pública. Nesse caso, diz-se que ocorreu a afetação do bem. Por outro lado, um bem com finalidade pública pode deixar de tê-la, ocorrendo, assim, a sua desafetação, o que torna a assertiva incorreta.

**Gabarito: letra E.**

### 4) Assinale a alternativa incorreta, em relação às espécies de bens públicos:

- a) As terras devolutas são todas aquelas que, pertencentes ao domínio público de quaisquer das entidades estatais, não se acham utilizadas pelo poder público, nem sejam destinadas a fins administrativos específicos.
- b) As terras ocupadas pelos índios pertencem à União e são classificadas como bens de uso especial indireto, pois possuem finalidade pública específica.
- c) A plataforma continental é a extensão da área continental sobre o oceano, em uma extensão de até 20 milhas, sendo um bem público que pertence à União.
- d) As ilhas marítimas, em regra, pertencem à União, com exceção das que contenham sede de municípios e de áreas que estejam sob domínio dos estados-membros.
- e) As ilhas fluviais e lacustres pertencem aos estados, com exceção daquelas que estejam localizadas nas zonas limítrofes com outros países, que pertencem à União. Também são bens da União os rios que banham mais de um estado.

### Comentários:



Letra A - correta. Além da correta definição de terras devolutas na assertiva, é importante ressaltar que o art. 20, inciso II, da CF/88 determina que as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, pertencem à União. Já as demais terras devolutas pertencem aos estados-membros, conforme o art. 26, inciso IV, da CF/88.

*Art. 20. São bens da União:*

*(...)*

*II - as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei;*

*(...)*

*Art. 26. Incluem-se entre os bens dos Estados:*

*(...)*

*IV - as terras devolutas não compreendidas entre as da União.*

Letra B - correta. As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios pertencem à União, conforme dispõe o art. 20, inciso XI, da CF/88, e são classificadas como bens de uso especial indireto, pois possuem finalidade pública específica. São bens públicos as terras habitadas pelos índios em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

*Art. 20. São bens da União:*

*(...)*

*XI - as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.*

Letra C - incorreta. A plataforma continental é a extensão da área continental sobre o oceano, em uma extensão de até 200 milhas, e não 20 milhas apenas, como afirma a assertiva.

Letra D - correta. De acordo com os artigos 20, inciso IV, e 26, inciso II, ambos da CF/88.

*Art. 20. São bens da União:*

*(...)*

*IV – as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as que contenham a sede de Municípios, exceto aquelas áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal, e as referidas no art. 26, II;*

*(...)*





*Art. 26. Incluem-se entre os bens dos Estados:*

*(...)*

*II - as áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, Municípios ou terceiros;*

Letra E – correta. Em regra, as ilhas fluviais e lacustres pertencem aos Estados (art. 26, III, da CF/88). Entretanto, as ilhas fluviais e lacustres localizadas nas zonas limítrofes com outros países pertencem à União (art. 20, IV, da CF/88).

Os rios também pertencem, via de regra, aos estados-membros (art. 26, I, da CF/88). Entretanto, os rios que banham mais de um estado pertencem à União (art. 20, III, da CF/88).

*Art. 20. São bens da União: (...)*

*III - os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais;*

*IV – as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as que contenham a sede de Municípios, exceto aquelas áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal, e as referidas no art. 26, II;*

*(...)*

*Art. 26. Incluem-se entre os bens dos Estados: (...)*

*II - as áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, Municípios ou terceiros;*

*III - as ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União;*

**Gabarito: letra C.**

**5) Sobre o uso privativo dos bens públicos por particulares, analise os itens a seguir e assinale a alternativa que contenha apenas os itens corretos.**

**I - Independentemente do tipo de bem público (uso comum do povo, uso especial, ou dominical) é possível que a Administração outorgue o uso privativo desse bem aos particulares.**

**II - A autorização de uso de bem público é o ato administrativo discricionário, precário e, em regra, sem prazo de duração, podendo ser revogada a qualquer tempo, mediante pagamento de prévia indenização.**

**III - Na autorização, há o predomínio do interesse particular.**





**IV - A concessão de uso de bem público é um contrato administrativo e, em regra, deve ser precedida de licitação pública.**

- a) I
- b) I e II
- c) II e III
- d) II, III e IV
- e) I, III e IV

**Comentários:**

Item I - correto. A outorga deverá ocorrer por meio de instrumento formal, sujeito ao juízo de conveniência e oportunidade do poder público. Os principais instrumentos de outorga da utilização privativa de bens públicos são a autorização de uso de bem público, a permissão de uso de bem público, a concessão de uso de bem público e a concessão de direito real de bem público.

Item II - incorreto. A autorização de uso por tempo indeterminado, em regra, pode ser revogada a qualquer tempo INDEPENDENTEMENTE de indenização. Não são todas as hipóteses de autorização em que haverá indenização. É necessário verificar se foi fixado prazo na autorização, hipótese que poderá subsistir a necessidade de indenização.

Item III - correto. A característica marcante do instrumento da autorização de uso é o predomínio do interesse do particular, ou seja, o particular é o maior interessado na autorização e, por conseguinte, ele terá a faculdade de escolher se utiliza ou não o bem público.

Item IV - correto. A concessão de uso de bem público é um contrato administrativo e deve ser precedida de licitação pública, em regra.

**Gabarito: letra E.**

...

Forte abraço!



## Túlio Lages



[Face: www.facebook.com/proftuliolages](https://www.facebook.com/proftuliolages)

[Insta: www.instagram.com/proftuliolages](https://www.instagram.com/proftuliolages)

[YouTube: youtube.com/proftuliolages](https://youtube.com/proftuliolages)



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDRINO, Marcelo. DIAS, Frederico. PAULO, Vicente. Aulas de direito constitucional para concursos. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2013.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). A Constituição e o Supremo. 5. ed. Brasília: STF, Secretaria de Documentação, 2016.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.
- FURTADO, Lucas Rocha. Curso de direito administrativo. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.
- JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
- LIMA, Gustavo Augusto F. de. Agências reguladoras e o poder normativo. 1. ed. São Paulo: Baraúna, 2013.
- LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.



## SIMULADO

Introdução .....	1
Questões Inéditas .....	1
Gabarito/Questões Comentadas.....	7
Referências Bibliográficas .....	22

## INTRODUÇÃO

Olá!

Este simulado contempla questões inéditas sobre:

[Lei nº 14.133/2021](#)

Pronto para testar seu conhecimento?!

## QUESTÕES INÉDITAS

**1. Acerca do âmbito de aplicação da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que:**

- a) A Lei 14.133/2021, via de regra, estabelece normas gerais de licitação e contratação para toda a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.
- b) A Lei 14.133/2021 abrange os fundos especiais e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública.
- c) A Lei nº 14.133/2021 é aplicável a locação e compras, excluídas as por encomenda.
- d) Estão subordinados ao regime da Lei nº 14.133/2021 os contratos que tenham por objeto operação de crédito, interno ou externo.
- e) Estão subordinados ao regime da Lei nº 14.133/2021 os contratos que tenham por objeto gestão de dívida pública.

**2. Traz corretamente uma das definições trazidas pelo artigo 6º da Lei nº 14.133/2021:**



- a) Consideram-se bens e serviços especiais aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, exigida justificativa prévia do contratante.
- b) Consideram-se serviços não contínuos ou contratados por escopo aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto.
- c) Considera-se contratação integrada o regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável apenas por elaborar e desenvolver o projeto executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.
- d) Para fins da Lei 14.133/2021, considera-se pregão a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento será exclusivamente o de menor preço.
- e) A Lei 14.133/2021 considera sobrepreço o dano provocado ao patrimônio da Administração, caracterizado, entre outras situações, por medição de quantidades superiores às efetivamente executadas ou fornecidas e deficiência na execução de obras e de serviços de engenharia que resulte em diminuição da sua qualidade, vida útil ou segurança.

**3. Acerca da atuação dos agentes públicos em licitações e contratos, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, analise as afirmativas a seguir:**

**I - Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução da Lei 14.133/2021 que preencham determinados requisitos, dentre eles que sejam necessariamente servidor público ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública.**

**II - A licitação será conduzida por agente de contratação, pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.**

**III - É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei, opor resistência injustificada ao andamento dos processos e, indevidamente, retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei.**

**IV - Se as autoridades competentes e os servidores públicos que tiverem participado dos procedimentos relacionados às licitações e aos contratos de que trata a Lei 14.133/2021 precisarem defender-se nas esferas administrativa, controladora ou judicial em razão de ato praticado com estrita observância de orientação constante em parecer jurídico, a advocacia pública promoverá, a critério do agente público, apenas sua representação judicial.**

São corretas as afirmativas:



- a) I, II, III e IV
- b) I e III
- c) II e III
- d) II e IV
- e) I e IV

**4. Acerca do processo licitatório regido pela Lei 14.133/2021, assinale as afirmativas a seguir como Verdadeira (V) ou Falsa (F):**

**( ) O processo licitatório tem por alguns dos objetivos assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, bem como assegurar tratamento isonômico entre os licitantes.**

**( ) No processo licitatório, os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária exclusivamente a moeda corrente nacional.**

**( ) Os atos praticados no processo licitatório são públicos, ressalvadas as hipóteses de informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, na forma da lei.**

**Assinale a sequência correta:**

- a) V - F - V
- b) V - V - V
- c) F - V - V
- d) F - V - F
- e) F - F - F

**5. Acerca da possibilidade ou não de participação em licitações, assinale a alternativa correta, conforme a Lei 14.133/2021.**

a) Não poderá disputar licitação a empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 2% (dois por cento) do capital com direito a voto.

b) Não poderão disputar licitação pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha processo judicial em curso, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.



- c) A pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório.
- d) A pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, podendo integrar um ou mais dos consórcios participantes da licitação.
- e) Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, permitido à Administração indicar nominalmente pessoas.

#### **6. No que diz respeito à formalização dos contratos e às suas alterações, de acordo com a Lei 14.133/2021:**

- a) A regra é a obrigatoriedade do instrumento de contrato. São hipóteses em que a Administração poderá substituir o instrumento de contrato por outro instrumento hábil: dispensa de licitação em razão de valor e compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.
- b) É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).
- c) Nos contratos de serviços contínuos, o critério de reajustamento de preços será por repactuação quando não houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante previsão de índices específicos ou setoriais.
- d) As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado, desde que se mantenha o equilíbrio contratual.
- e) Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, sempre que houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais.

#### **7. Acerca das garantias e da alocação dos riscos, segundo a Lei 14.133/2021, analise as afirmativas a seguir:**

**I - São modalidades de garantia a caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, o seguro garantia, a fiança bancária e o título de capitalização.**

**II - O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante a Administração, excluindo as multas decorrentes de inadimplemento.**

**III - Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, a garantia poderá ser de até 10% (dez por cento) do valor inicial do contrato, autorizada a majoração desse percentual para até 20% (vinte por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos.**



**IV - A matriz de alocação de riscos definirá o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em relação a eventos supervenientes.**

**Estão corretas apenas as afirmativas:**

- a) II, III e IV.
- b) I, II e III.
- c) I e IV.
- d) II e IV.
- e) II e III.

**8. Acerca da execução dos contratos e das alterações contratuais, de acordo com a Lei 14.133/2021:**

- a) É facultado à Administração retardar imotivadamente a execução de obra ou serviço, ou de suas parcelas, inclusive na hipótese de posse do respectivo chefe do Poder Executivo ou de novo titular no órgão ou entidade contratante.
- b) A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros, que poderão exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato.
- c) Exclusivamente nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração responderá solidariamente pelos encargos previdenciários e trabalhistas, se comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado.
- d) Os contratos regidos pela Lei 14.133/2021 poderão ser alterados unilateralmente pela Administração, quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos.
- e) É vedada a alteração dos valores contratuais nas hipóteses em que for adotada a contratação integrada ou semi-integrada.

**9. No que diz respeito à extinção do contrato, sua nulidade e ao recebimento definitivo do objeto, de acordo com a Lei 14.133/2021, é incorreto afirmar que:**

- a) A extinção do contrato poderá ser consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração.
- b) Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito à devolução da garantia, aos





pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e ao pagamento do custo da desmobilização.

c) O objeto do contrato será recebido definitivamente, em se tratando de obras e serviços, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

d) Em se tratando de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior no edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel.

e) A declaração de nulidade do contrato administrativo requererá análise prévia do interesse público envolvido e operará retroativamente.

**10. No que diz respeito às sanções e à fase recursal, de acordo com a Lei 14.133/2021, é incorreto afirmar que:**

a) A sanção relativa ao impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, de acordo com a Lei 14.133/2021, será aplicada quando o responsável deixar de entregar a documentação exigida para o certame e quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

b) A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar requererá a instauração de processo de responsabilização.

c) A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial.

d) Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até a data de abertura do certame.

e) Dos atos da Administração decorrentes da aplicação da Lei 14.133/2021 cabe recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, ou pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.



## GABARITO

1. B	2. B	3. C	4. A	5. C
6. A	7. C	8. D	9. C	10. D

## QUESTÕES COMENTADAS

### 1. Acerca do âmbito de aplicação da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que:

- a) A Lei 14.133/2021, via de regra, estabelece normas gerais de licitação e contratação para toda a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.
- b) A Lei 14.133/2021 abrange os fundos especiais e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública.
- c) A Lei nº 14.133/2021 é aplicável a locação e compras, excluídas as por encomenda.
- d) Estão subordinados ao regime da Lei nº 14.133/2021 os contratos que tenham por objeto operação de crédito, interno ou externo.
- e) Estão subordinados ao regime da Lei nº 14.133/2021 os contratos que tenham por objeto gestão de dívida pública.

### Comentários

Letra A - errada. De fato, a Lei 14.133/2021 alcança todos os entes federativos (art. 1º, *caput* e incisos I e II), mas não são abrangidas por ela, via de regra, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as suas subsidiárias, regidas pela Lei 13.303/2016. A exceção fica por conta da parte que trata dos crimes em licitações e contratos administrativos, prevista no art. 178 (art. 1º, § 1º).

Convém destacar que a Lei 13.303/2016 dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, abrangendo toda e qualquer empresa pública e sociedade de economia mista da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que explora atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, ainda que a atividade econômica esteja sujeita ao regime de monopólio da União ou seja de prestação de serviços públicos.

Todas as empresas estatais, portanto, são regidas pela Lei 13.303/2016.

Letra B - correta. A nova Lei de Licitações e Contratos realmente abrange os fundos especiais e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública (art. 1º, inciso II).



Cabe destacar que a referida Lei também abrange as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais, de todos os entes federativos, bem como os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e do Distrito Federal, além dos órgãos do Poder Legislativo dos Municípios, quando no desempenho de função administrativa (art. 1º, caput e inciso I).

Letra C - errada. A Lei é aplicável a locação e as compras, **incluídas** as por encomenda (art. 2º, inciso II).

Letras D - errada. Contratos que tenham por objeto operação de crédito, interno ou externo, não estão subordinados (art. 3º, inciso I).

Letra E – errada. Não se subordinam à Lei 14.133/2021 contratos que tenham por objeto gestão de dívida pública, incluídas as contratações de agente financeiro e a concessão de garantia relacionadas a esses contratos, além das contratações sujeitas a normas previstas em legislação própria (art. 3º, inciso II).

**Gabarito: Letra B.**

## 2. Traz corretamente uma das definições trazidas pelo artigo 6º da Lei nº 14.133/2021:

a) Consideram-se bens e serviços especiais aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, exigida justificativa prévia do contratante.

b) Consideram-se serviços não contínuos ou contratados por escopo aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto.

c) Considera-se contratação integrada o regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável apenas por elaborar e desenvolver o projeto executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.

d) Para fins da Lei 14.133/2021, considera-se pregão a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento será exclusivamente o de menor preço.

e) A Lei 14.133/2021 considera sobrepreço o dano provocado ao patrimônio da Administração, caracterizado, entre outras situações, por medição de quantidades superiores às efetivamente executadas ou fornecidas e deficiência na execução de obras e de serviços de engenharia que resulte em diminuição da sua qualidade, vida útil ou segurança.

## Comentários

**Letra A - errada.** A assertiva confunde os conceitos de bens e serviços comuns, definido como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado (art. 6º, inciso XIII), e de bens e serviços especiais, definidos como aqueles que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não podem ser descritos como bens e serviços comuns, exigida justificativa prévia do contratante (art. 6º, inciso XIV).



**Letra B - correta.** De fato, os serviços não contínuos ou contratados por escopo impõem ao contratado realizar a prestação em um período predeterminado, podendo ser prorrogado (justificadamente) até a conclusão do projeto (art. 6º, inciso XVII).

Cabe destacar que, nos serviços e fornecimentos contínuos, os serviços contratados e as compras realizadas pela Administração Pública são utilizadas para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas (art. 6º, inciso XV).

**Letra C - errada.** De fato, na contratação integrada, o contratado é responsável pela elaboração e desenvolvimento do projeto executivo. Contudo, além disso, o contratado também é responsável pela elaboração e desenvolvimento do projeto básico (art. 6º, inciso XXXII), ao contrário da contratação semi-integrada, em que o contratado é responsável pela elaboração e desenvolvimento apenas do projeto executivo (art. 6º, inciso XXXIII).

**Letra D - errada.** No pregão, um dos critérios de julgamento será o de menor preço. Porém, também poderá ser utilizado como um dos critérios de julgamento o de maior desconto (art. 6º, inciso XLI).

**Letra E - errada.** As situações descritas no enunciado não tipificam o sobrepreço, mas sim o superfaturamento (art. 6º, inciso LVII, alíneas "a" e "b"). Além disto, outras situações podem caracterizar o superfaturamento, como as alterações no orçamento de obras e de serviços de engenharia que causem desequilíbrio econômico-financeiro do contrato em favor do contratado (art. 6º, inciso LVII, alínea "c") e outras alterações de cláusulas financeiras que gerem recebimentos contratuais antecipados, distorção do cronograma físico-financeiro, prorrogação injustificada do prazo contratual com custos adicionais para a Administração ou reajuste irregular de preços (art. 6º, inciso LVII, alínea "d").

**Gabarito: Letra B.**

**3. Acerca da atuação dos agentes públicos em licitações e contratos, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, analise as afirmativas a seguir:**

**I - Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução da Lei 14.133/2021 que preencham determinados requisitos, dentre eles que sejam necessariamente servidor público ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública.**

**II - A licitação será conduzida por agente de contratação, pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.**

**III - É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei, opor resistência injustificada ao andamento dos processos e, indevidamente, retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei.**



**IV - Se as autoridades competentes e os servidores públicos que tiverem participado dos procedimentos relacionados às licitações e aos contratos de que trata a Lei 14.133/2021 precisarem defender-se nas esferas administrativa, controladora ou judicial em razão de ato praticado com estrita observância de orientação constante em parecer jurídico, a advocacia pública promoverá, a critério do agente público, apenas sua representação judicial.**

São corretas as afirmativas:

- a) I, II, III e IV
- b) I e III
- c) II e III
- d) II e IV
- e) I e IV

### Comentários

**Afirmativa I - falsa.** Os agentes públicos designados para o desempenho das funções essenciais devem preencher os seguintes requisitos: a) sejam, preferencialmente (e não necessariamente como afirma a assertiva) servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública (art. 7º, inciso I); b) tenham atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuam formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público (art. 7º, inciso II); e c) não sejam cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil (art. 7º, inciso III).

**Afirmativa II - verdadeira.** De fato, a licitação será conduzida por agente de contratação (art. 8º, *caput*), definido como a pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação (art. 6º, inciso LX).

**Afirmativa III - verdadeira.** De fato, é vedado ao agente público opor resistência injustificada ao andamento dos processos ou indevidamente retardar ou deixar de praticar ato de ofício (art. 9º, inciso III).

Além disso, outras vedações estão previstas ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, tais como:

- a) admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas, estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes e sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato (art. 9º, inciso I); e



b) estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional (art. 9º, inciso II).

**Afirmativa IV - falsa.** Na situação descrita no enunciado, a advocacia pública promoverá, a critério do agente público, não apenas sua representação judicial, mas também sua representação extrajudicial (art. 10, *caput*).

**Gabarito: Letra C.**

**4. Acerca do processo licitatório regido pela Lei 14.133/2021, assinale as afirmativas a seguir como Verdadeira (V) ou Falsa (F):**

( ) O processo licitatório tem por alguns dos objetivos assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, bem como assegurar tratamento isonômico entre os licitantes.

( ) No processo licitatório, os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária exclusivamente a moeda corrente nacional.

( ) Os atos praticados no processo licitatório são públicos, ressalvadas as hipóteses de informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, na forma da lei.

**Assinale a sequência correta:**

a) V - F - V

b) V - V - V

c) F - V - V

d) F - V - F

e) F - F - F

### Comentários

**Afirmativa I - verdadeira.** De fato, alguns dos objetivos do processo licitatório incluem assegurar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do projeto (art. 11, inciso I), e assegurar tratamento isonômico entre os participantes, além da justa competição (art. 11, inciso II).

Além disto, também são objetivos do processo licitatório evitar contratações com sobrep preço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos e incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.



**Afirmativa II - falsa.** Nem sempre os valores, preços e os custos de um processo licitatório terão como expressão monetária a moeda corrente nacional. As ressalvas correspondem às licitações de âmbito internacional (art. 12, inciso II).

**Afirmativa III - verdadeira.** A regra é de os atos serem públicos. A ressalva inclui as hipóteses de informações cujo sigilo seja necessário à segurança da sociedade e do Estado (art. 13, *caput*).

**Gabarito: Letra A.**

## 5. Acerca da possibilidade ou não de participação em licitações, assinale a alternativa correta, conforme a Lei 14.133/2021.

- a) Não poderá disputar licitação a empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 2% (dois por cento) do capital com direito a voto.
- b) Não poderão disputar licitação pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha processo judicial em curso, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- c) A pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório.
- d) A pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, podendo integrar um ou mais dos consórcios participantes da licitação.
- e) Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, permitido à Administração indicar nominalmente pessoas.

### Comentários

**Letra A - errada.** A vedação inclui o detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto (art. 14, inciso II).

**Letra B - errada.** A vedação descrita na questão inclui apenas a pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado (art. 14, inciso VI), e não apenas com processo judicial em curso.

**Letra C - certa.** A pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio (art. 15, *caput*), observadas as seguintes normas:

- a) comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio (art. 15, inciso I);
- b) indicação da empresa líder do consórcio (art. 15, inciso II);





c) admissao, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado (art. 15, inciso III);

d) impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada (art. 15, inciso IV); e

e) responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio (art. 15, inciso V).

**Letra D - errada.** É vedado à empresa consorciada participar, em uma mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada (art. 15, inciso IV).

**Letra E - errada.** De fato, os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado. Porém, neste caso, é vedado à administração indicar nominalmente pessoas (art. 16, inciso III).

Cabe destacar os demais casos em que os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação:

a) quando a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei 5764/1971 (define a política nacional de cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas), a Lei 12.690/2012 (dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho) e a Lei Complementar 130/2009 (dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo) (art. 16, inciso I);

b) quando a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados (art. 16, inciso II); e

c) quando o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei 12.690/2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa (art. 16, inciso IV).

**Gabarito: Letra C.**

## 6. No que diz respeito à formalização dos contratos e às suas alterações, de acordo com a Lei 14.133/2021:

a) A regra é a obrigatoriedade do instrumento de contrato. São hipóteses em que a Administração poderá substituir o instrumento de contrato por outro instrumento hábil: dispensa de licitação em razão de valor e compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.

b) É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).





c) Nos contratos de serviços contínuos, o critério de reajustamento de preços será por repactuação quando não houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante previsão de índices específicos ou setoriais.

d) As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado, desde que se mantenha o equilíbrio contratual.

e) Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, sempre que houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais.

## Comentários

**Letra A - certa.** De fato, a dispensa de licitação em razão de valor (art. 95, inciso I) e as compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor (art. 95, inciso II) são as hipóteses em que a Administração poderá substituir o instrumento do contrato por outro instrumento hábil, como a carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço (art. 95, *caput*).

**Letra B - errada.** O valor máximo considerado para o contrato de pequenas compras ou de prestação de serviços de pronto pagamento, que admite o contrato verbal com a Administração, será de R\$ 12.545,11 (art. 95, § 2º, com valor atualizado pelo Decreto 12.343/2024).

**Letra C - errada.** O critério de reajustamento de preços nos contratos de serviços contínuos, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, será por repactuação quando houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante demonstração analítica da variação dos custos (art. 92, § 4º, inciso II).

O critério será por reajustamento em sentido estrito quando não houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante previsão de índices específicos ou setoriais (art. 92, § 4º, inciso I).

**Letra D - errada.** As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado (art. 104, § 1º).

**Letra E - errada.** Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados (art. 134).

**Gabarito: Letra A.**

**7. Acerca das garantias e da alocação dos riscos, segundo a Lei 14.133/2021, analise as afirmativas a seguir:**



I - São modalidades de garantia a caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, o seguro garantia, a fiança bancária e o título de capitalização.

II - O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante a Administração, excluindo as multas decorrentes de inadimplemento.

III - Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, a garantia poderá ser de até 10% (dez por cento) do valor inicial do contrato, autorizada a majoração desse percentual para até 20% (vinte por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos.

IV - A matriz de alocação de riscos definirá o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em relação a eventos supervenientes.

Estão corretas apenas as afirmativas:

a) II, III e IV.

b) I, II e III.

c) I e IV.

d) II e IV.

e) II e III.

### Comentários

**Afirmativa I - certa.** De fato, são quatro as modalidades de garantia: a caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural (art. 96, § 1º, inciso I); o seguro garantia (art. 96, § 1º, inciso II); a fiança bancária, emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil (art. 96, § 1º, inciso III); e o título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total (art. 96, § 1º, inciso IV).

**Afirmativa II - errada.** O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante a Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento (art. 97, *caput*).

**Afirmativa III - errada.** Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, a garantia poderá ser de até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato (art. 98, *caput*).

Esse percentual poderá ser majorado até 10% (dez por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos (art. 98, *caput*).

**Afirmativa IV - certa.** De fato, a matriz de alocação de riscos definirá o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em relação a eventos supervenientes.

Além disto, a matriz de alocação de riscos deverá ser observada na solução de eventuais pleitos das partes (art. 103, § 4º).



**Gabarito: Letra C.**

**8. Acerca da execução dos contratos e das alterações contratuais, de acordo com a Lei 14.133/2021:**

- a) É facultado à Administração retardar imotivadamente a execução de obra ou serviço, ou de suas parcelas, inclusive na hipótese de posse do respectivo chefe do Poder Executivo ou de novo titular no órgão ou entidade contratante.
- b) A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros, que poderão exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato.
- c) Exclusivamente nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração responderá solidariamente pelos encargos previdenciários e trabalhistas, se comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado.
- d) Os contratos regidos pela Lei 14.133/2021 poderão ser alterados unilateralmente pela Administração, quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos.
- e) É vedada a alteração dos valores contratuais nas hipóteses em que for adotada a contratação integrada ou semi-integrada.

**Comentários**

**Letra A - errada.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes (art. 115, *caput*). Além disto, é proibido à Administração retardar, sem motivo, a execução de obra ou serviço, ou de suas parcelas, inclusive na hipótese de posse do respectivo chefe do Poder Executivo ou de novo titular no órgão ou entidade contratante (art. 115, § 1º).

**Letra B - errada.** Terceiros contratados não poderão exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato (art. 117, § 4º, inciso I).

Na hipótese de contratação de terceiros, a empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, bem como firmará termo de compromisso de confidencialidade (art. 117, § 4º, inciso I).

Além disto, a contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade o fiscal do contrato, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado (art. 117, § 4º, inciso II).

**Letra C - errada.** Exclusivamente nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, se comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado, a Administração responderá:

- a) solidariamente pelos encargos previdenciários (art. 121, § 2º); e



b) subsidiariamente pelos encargos trabalhistas (art. 121, § 2º).

**Letra D - certa.** De fato, quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos, a Administração poderá alterar unilateralmente os contratos, com as devidas justificativas (art. 124, inciso I, alínea "a").

Além disto, a Administração também poderá alterar unilateralmente os contratos quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto (art. 124, inciso I, alínea "b").

**Letra E - errada.** A regra é a vedação da alteração dos valores contratuais nas hipóteses em que for adotada a contratação integrada ou semi-integrada (art. 133, *caput*).

Porém, há casos que excepcionam esta vedação. São eles:

a) restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior (art. 133, inciso I);

b) necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da Administração, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte do contratado, observados os seguintes limites (art. 133, inciso II):

b1) obras, serviços ou compras: acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato (art. 125, *caput*).

b2) reforma de edifício ou de equipamento: limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento) (art. 125, *caput*)

c) necessidade de alteração do projeto nas contratações semi-integradas (art. 133, inciso III); e

d) ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade da Administração (art. 133, inciso IV).

**Gabarito: Letra D.**

**9. No que diz respeito à extinção do contrato, sua nulidade e ao recebimento definitivo do objeto, de acordo com a Lei 14.133/2021, é incorreto afirmar que:**

a) A extinção do contrato poderá ser consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração.

b) Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito à devolução da garantia, aos pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e ao pagamento do custo da desmobilização.



c) O objeto do contrato será recebido definitivamente, em se tratando de obras e serviços, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

d) Em se tratando de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior no edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel.

e) A declaração de nulidade do contrato administrativo requererá análise prévia do interesse público envolvido e operará retroativamente.

### Comentários

**Letra A - certa.** A extinção do contrato consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, somente ocorrerá se houver interesse da Administração (art. 138, inciso II).

Além disto, são os demais casos de extinção do contrato:

a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta (art. 138, inciso I); e

b) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial (art. 138, inciso III).

**Letra B - certa.** De fato, quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, além dos prejuízos regularmente comprovados, o contratado terá direito:

a) devolução da garantia (art. 138, § 2º, inciso I);

b) pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção (art. 138, § 2º, inciso II); e

c) pagamento do custo da desmobilização (art. 138, § 2º, inciso III).

**Letra C - errada.** Em se tratando de obras e serviços, o objeto do contrato será recebido provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico (art. 140, inciso I, alínea "a").

Por outro lado, o objeto do contrato será recebido definitivamente, em se tratando de obras e serviços, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais (art. 140, inciso I, alínea "b").

**Letra D - certa.** De fato, em se tratando de obra, o contratado não se exime da responsabilidade objetiva, após o recebimento definitivo e pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel (art. 140, § 6º).



Cabe destacar que, em se tratando de projeto de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o projetista ou o consultor da responsabilidade objetiva por todos os danos causados por falha de projeto (art. 140, § 5º).

**Letra E - certa.** De fato, é necessária a análise prévia do interesse público envolvido para a declaração de nulidade do contrato administrativo.

Além disto, a declaração de nulidade operará retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato deveria produzir ordinariamente e desconstituindo os já produzidos (art. 148, caput).

**Gabarito: Letra C.**

**10. No que diz respeito às sanções e à fase recursal, de acordo com a Lei 14.133/2021, é incorreto afirmar que:**

a) A sanção relativa ao impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, de acordo com a Lei 14.133/2021, será aplicada quando o responsável deixar de entregar a documentação exigida para o certame e quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

b) A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar requererá a instauração de processo de responsabilização.

c) A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial.

d) Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até a data de abertura do certame.

e) Dos atos da Administração decorrentes da aplicação da Lei 14.133/2021 cabe recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, ou pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

## Comentários

**Letra A - certa.** Será de 3 (três) anos o prazo máximo pelo qual ficará o responsável impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção (art. 156, § 4º).

**Letra B - certa.** De fato, será necessária a instauração de processo de responsabilização, para a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (art. 158, caput).



A comissão responsável pelo processo de responsabilização será composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis (art. 158, caput).

Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade (art. 158, § 1º).

**Letra C - certa.** De fato, a desconsideração da personalidade jurídica ocorrerá sempre que esta for utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial (art. 160, caput).

Neste caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado.

Cabe destacar que deverão ser observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, caput).

**Letra D - errada.** De fato, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos (art. 164, caput).

Porém, o pedido deve ser protocolado até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame (art. 164, caput).

**Letra E - certa.** De fato, dos atos da Administração cabem recurso ou pedido de reconsideração (art. 165, inciso I e II).

O recurso será proposto no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de (art. 165, inciso I):

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento (art. 165, inciso I, alínea "a");
- b) julgamento das propostas (art. 165, inciso I, alínea "b");
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante (art. 165, inciso I, alínea "c");
- d) anulação ou revogação da licitação (art. 165, inciso I, alínea "d");
- e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração (art. 165, inciso I, alínea "e");

Do ato que não caiba recurso hierárquico, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação (art. 165, inciso II).

**Gabarito: Letra D.**



...

Forte abraço!

## Túlio Lages



[Face: www.facebook.com/proftuliolages](https://www.facebook.com/proftuliolages)

[Insta: www.instagram.com/proftuliolages](https://www.instagram.com/proftuliolages)

[YouTube: youtube.com/proftuliolages](https://youtube.com/proftuliolages)





## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDRINO, Marcelo. DIAS, Frederico. PAULO, Vicente. Aulas de direito constitucional para concursos. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2013.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). A Constituição e o Supremo. 5. ed. Brasília: STF, Secretaria de Documentação, 2016.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.
- FURTADO, Lucas Rocha. Curso de direito administrativo. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.
- JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
- LIMA, Gustavo Augusto F. de. Agências reguladoras e o poder normativo. 1. ed. São Paulo: Baraúna, 2013.
- LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.



# ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.